



ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO A PARTIR DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA E DO PROGRAMA PROJOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA

Angela Maria Hidalgo¹ - UNICENTRO

Fernanda de Aragão Mikolaiczuk² - UNICENTRO

Agências Financiadora: CNPq e FA

Resumo: Este trabalho constitui-se como resultado parcial da pesquisa “Aspectos políticos e epistemológicos do ProJovem Campo - Saberes da Terra: limites e possibilidades de constituição de políticas de Estado para a Educação do Campo”, financiada com o Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná – Fundação Araucária. Tem-se como objetivo principal neste texto, compreender as contradições políticas e epistemológicas existentes no processo de implementação de políticas públicas para a Educação do Campo, e que ficam explícitas na construção de um programa específico do Governo Federal para o atendimento dos/as jovens agricultores/as, o ProJovem Campo – Saberes da Terra.

Palavras-chave: Estado. Políticas Públicas. Educação do Campo. Conhecimento Escolar.

Introdução

Este trabalho constitui-se como resultado parcial da pesquisa “Aspectos políticos e epistemológicos do ProJovem Campo - Saberes da Terra: limites e possibilidades de constituição de políticas de Estado para a Educação do Campo”, financiada com o Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná – Fundação Araucária.

O objetivo principal deste trabalho é compreender as contradições políticas e epistemológicas contidas no processo de implementação do programa do Governo Federal para o atendimento dos/as jovens agricultores/as, o ProJovem Campo – Saberes da Terra. Pretendemos analisar e compreender como ocorre a materialização dos antagonismos entre classes e frações de classe, que se expressam nas políticas públicas para a Educação do Campo e em específico, neste programa.

¹ Doutora em Educação e professora do Departamento de Pedagogia – DEPED, da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO).

² Graduanda do 4º ano do curso de Pedagogia: Docência e Gestão Educacional, da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO) e Bolsista de Iniciação Científica – Fundação Araucária (PAIC-FA).

Elegemos as categorias de análise “Estado”, “Políticas Públicas”, “Educação do Campo” e “Conhecimento Escolar”, para exemplificarmos as diferentes concepções políticas e epistemológicas que permeiam o programa ProJovem Campo – Saberes da Terra. Concepções estas, que acreditamos ser, a materialização das ações dos movimentos sociais e do Estado, aqui representado pelo Ministério da Educação - MEC, para a implementação de políticas públicas para a Educação do Campo.

Para desenvolver esta análise utilizaremos a concepção de Estado elaborada por Nicos Poulantzas (2000), em que se faz possível observar o fator contradição presente no interior do próprio Estado capitalista e que colabora para a resultante de ações, por parte deste, contraditórias e antagônicas. Estas ações, frutos de interesses pertencentes a diferentes setores, de um lado por parte do Estado e de outro, por parte da sociedade civil organizada, acabam por sintetizar o que é o Estado e a sociedade capitalista como um todo: uma relação de interesses diversos e antagônicos condizentes com as respectivas classes e frações de classe a que pertence cada interesse.

Defendemos que o Estado compreendido a partir da concepção de Poulantzas (2000) respalda uma análise mais crítica dos projetos, programas e políticas implementadas pelo Governo Federal para a Educação do Campo. Acreditamos que a concepção de Estado elaborada por este autor contribui para que possamos observar os limites e a capacidade da sociedade civil, aqui representada pelos movimentos sociais, de imprimirem na letra da lei as suas reivindicações, processo este, de reivindicações, “filtrado” pelo Estado por meio de mecanismos burocráticos modernos. Os limites, no nosso entendimento, existem por conta da dinâmica própria de organização e funcionamento do Estado moderno capitalista.

Acreditamos que este aparato institucional estatal, sustentado por um conjunto moderno, burocrático, hierárquico e autoritário seja capaz de “filtrar” as reivindicação e concepções dos movimentos sociais para a implementação de políticas públicas para a Educação do Campo, conforme análise das categorias elencadas para explicitar as contradições políticas e epistemológicas contidas nos cadernos pedagógicos para os/as educandos/as do programa ProJovem Campo – Saberes da Terra.

Para a compreensão histórica, política e econômica do programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, observaremos inicialmente, neste texto, o processo de criação dos Territórios da Cidadania, implementados como um programa do Governo Federal em todo o país, dando ênfase ao Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, localizado no estado do Paraná.

Abordaremos nesse processo o conceito de desenvolvimento atrelado a educação, ou vice-versa, o que nos permitirá refletir sobre o caráter pragmático das políticas públicas para a Educação do Campo e sobre a própria criação do projeto piloto do programa ProJovem Campo – Saberes da Terra: o Projeto Saberes da Terra (2005).

Acreditamos que, a partir das análises: 1) da implementação do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu; 2) da implementação do projeto piloto do programa ProJovem Campo – Saberes da Terra nos Territórios da Cidadania – o Projeto Saberes da Terra; 3) da concepção de Estado elaborada por Poulantzas (2000) e; 4) das categorias elencadas do programa Projovem Campo – Saberes da Terra, seja possível, apontarmos as contradições políticas e epistemológicas (que tem suas origens na própria sociedade contraditória e capitalista) necessárias para compreender o processo de implementação de políticas públicas para a Educação do Campo.

Territórios da Cidadania: a experiência do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu

Os Territórios da Cidadania surgiram da iniciativa do governo federal, como uma estratégia para integrar, desenvolver e incentivar o progresso das regiões que apresentavam baixo índice de desenvolvimento econômico e social, por meio da distribuição dos recursos destinados às políticas públicas de desenvolvimento. A partir do diagnóstico do baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, de algumas regiões brasileiras, foram elaborados Planos de Desenvolvimento Regionais que deram origem, em 2008, ao Programa Territórios da Cidadania.

Segundo o Portal da Cidadania do Governo Federal (2011), os Territórios da Cidadania

tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia (PORTAL DA CIDADANIA DO GOVERNO FEDERAL, 2011, s/p).

Percebe-se que este programa nacional constitui uma resposta à processos e demandas que já estavam em curso nos âmbitos locais (fomentadas pelos Ministérios da Educação – MEC, do Desenvolvimento Agrário – MDA, do Trabalho e Emprego – TEM, do Meio Ambiente – MMA, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS). Já em 1984 foi

criada a Associação dos Municípios da região Centro-Oeste do estado do Paraná, que objetivava o desenvolvimento econômico, administrativo e social da região que possuía “o segundo pior IDH do estado do Paraná e um dos piores IDHs do Brasil” (COSTA, 2010, p. 125).

Em 2004, a partir da associação dos 20 municípios, localizados entre os rios Cantu, Iguaçu e Piquiri, surge o Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu - CONDETEC, que juntamente com os 20 municípios, mais a participação de 44 entidades representantes dos segmentos públicos, privados e não-governamentais, iniciaram um processo de gestão pública desse território (CONDETEC, s/d, p. 1). Dentre estas entidades destacamos: as Universidades Públicas da região, as Secretarias Estaduais e Municipais de diversas áreas, as Prefeituras Municipais da região, os Conselhos Municipais, os Bancos Públicos, os Movimentos Sindicais e Sociais, dentre eles, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e entidades de produtores rurais, tais como a Sociedade Rural, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, as Igrejas e as Associações Profissionais. Conforme aponta o documento deste Conselho de Desenvolvimento, a atuação das organizações sociais no território efetiva-se por meio de câmaras setoriais, que têm por objetivo “a diminuição da pobreza e a melhoria da qualidade de vida da sua população” (CONDETEC, s/d, p. 1).

Com a criação do CONDETEC, que “é um órgão de caráter consultivo, normativo e deliberativo da política de desenvolvimento territorial” (CONDETEC, s/d, p. 1) iniciaram-se as atividades de construção do Plano Diretor do Território e a implantação do Território Cantuquiriguaçu. A partir disso, era necessário um projeto de educação que permitisse a viabilização do acesso à educação dos/as jovens pertencentes a essa região e foi nesse momento, em 2005, que o Projeto Saberes da Terra passa a ser concebido, elaborado e implementado no Paraná e em mais onze Estados brasileiros (BA, PB, PE, MA, PI, RO, TO, PA, MG, MS e SC).

Este projeto foi coordenado por cinco ministérios e suas respectivas secretarias, a saber: 1) pelo Ministério da Educação – MEC, e suas secretarias, de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECADI, e de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC; 2) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, e suas secretarias, da Agricultura Familiar – SAF, e de Desenvolvimento Territorial – SDT; 3) pelo Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, e suas secretarias, de Políticas Públicas de Emprego – SPPE, e da Nacional

de Economia Solidária – SENAES; 4) pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, e sua Secretaria de Biodiversidade e Floresta – SBF; 5) pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; e pela Secretaria Nacional de Juventude – SNJ. Nas palavras de Costa (2010), o

Projeto Saberes da Terra surgiu, para o Território com o intuito de superar algumas dificuldades enfrentadas pelos/as agricultores/as familiares em suas atividades de produção, abrindo assim espaços e possibilidades concretas da afirmação de novos referenciais capazes de dialogar com a prática desses/as agricultores/as na busca de um aprofundamento no conhecimento técnico-científico e de desenvolver melhores possibilidades para esses sujeitos darem respostas práticas às necessidades básicas para a sua existência (COSTA, 2010, p. 131).

É a partir de então, que a proposta de desenvolvimento econômico alia-se a educação, ou vice-versa, pois no ano de 2005 o Projeto Saberes da Terra foi implementado pelo governo federal em doze estados brasileiros (no Paraná o Território da Cantuquiriguaçu foi o contemplado) como um projeto piloto de educação do campo e de atendimento à juventude rural. Os objetivos do projeto eram o de oportunizar a escolarização na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, integrando o Ensino Fundamental com qualificação social e profissional para agricultores/as familiares, além da tentativa de saldar, ainda que em condições ínfimas, a dívida histórica do Estado com a educação dos povos do campo. Costa (2010) afirma que

O Projeto Saberes da Terra mais que um programa de escolarização e qualificação profissional foi um processo de organização política que buscou articular um conjunto de municípios do Território Cantuquiriguaçu para dar respostas a uma demanda social e uma ausência histórica de política pública aos sujeitos que tiveram negado o direito à escolarização quando crianças (SABERES DA TERRA CANTUQUIRIGUAÇU, CADERNO I, 2008 apud COSTA, 2010, p. 92).

Portanto, pode-se perceber que, a criação do Território Cantuquiriguaçu em 2003-2004, a criação e implementação do Projeto Saberes da Terra em 2005, assim como a criação do Programa Territórios da Cidadania em 2008, contribuem para a análise da construção da política pública para a Educação do Campo no Brasil, atrelada ao processo de desenvolvimento econômico.

Para compreendermos melhor a relação entre educação e desenvolvimento econômico e o reflexo dessa relação na implementação de políticas públicas para a Educação do Campo,

faremos uma análise do programa ProJovem Campo- Saberes da Terra a partir da contribuição de Poulantzas (2000) sobre o conceito de Estado e os “mecanismos de filtragem”, demonstrando a contraditoriedade da suposta construção da Educação do Campo no Brasil.

As contribuições de Poulantzas e a análise das categorias contidas no material pedagógico dos/as educandos/as do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra

A partir da discussão anterior sobre o caráter desenvolvimentista presente na constituição dos Territórios da Cidadania, a exemplo o Território Cantuquiriguaçu no estado do Paraná, compreendemos ser a Educação do Campo, historicamente vinculada aos projetos econômicos do Estado capitalista, encarnando, portanto, as contradições desta natureza. O programa ProJovem Campo – Saberes da Terra é o exemplo da síntese dos embates que ocorrem no interior do Estado e na sociedade capitalista. Este projeto resultou da integração do antigo Projeto Saberes da Terra e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – o ProJovem, com uma modalidade específica para os/as jovens do campo.

Como já vimos, inicialmente o Projeto Saberes da Terra foi implementado como um projeto piloto de Educação do Campo e de atendimento à juventude rural, e que foi estendido à doze estados brasileiros no ano de 2005, com os objetivos de oportunizar a escolarização na modalidade EJA integrando o Ensino Fundamental com qualificação social e profissional para agricultores/as familiares. No ano de 2007, houve a integração deste projeto ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens – o ProJovem, resultando em uma modalidade específica deste programa aos/às jovens agricultores/as, cujos objetivos são a escolarização desses/as jovens agricultores/as, de 18 a 29 anos de idade, em nível fundamental na modalidade EJA integrada à qualificação social e profissional. Surge assim, o ProJovem Campo – Saberes da Terra.

O projeto inicial, como alguns autores (COSTA, 2010) afirmam fez parte de um processo de discussões por parte da sociedade civil e do Estado e que assim sendo, este projeto teria presente em seu conteúdo muitos dos interesses dos movimentos sociais. No entanto, o que se verifica a partir da análise de algumas categorias contidas no material pedagógico dos educandos/as do programa ProJovem Campo - Saberes da Terra é o processo de embate entre diferentes classes e frações de classe e mais claramente, o Estado capitalista, capaz de “filtrar” algumas reivindicações dos movimentos sociais e de imprimir na letra da lei alguns conceitos de classe distorcidos e distintos da real perspectiva teórica dos seus integrantes.

A partir dos conceitos de “Estado”, “Políticas Públicas”, “Educação do Campo” e “Conhecimento Escolar”, verificamos a existência de diferentes teorias do conhecimento expressas nos cadernos pedagógicos dos/as educandos/as, e que, na nossa análise sobre o programa, expressam a materialização das contradições existentes na sociedade capitalista e que se materializam na implementação das políticas públicas para a Educação do Campo no Brasil.

Como ponto de partida para a análise das categorias elencadas, chamamos a atenção para a categoria “Estado”, que neste programa é revestido por uma interpretação pós-moderna do conceito de Estado Ampliado de Gramsci (os materiais trazem como referência “A condição pós-moderna”, de Jean-François Lyotard). No Caderno 3, conforme interpretação de Moraes (2002) o Estado Ampliado seria fruto da “solidariedade” existente entre sociedade civil e sociedade política (MORAES, 2002 apud Caderno 3, 2010, p. 131). Sobre o conceito de solidariedade estatal presente no Caderno 3, pensamos ser pertinente, para a incorporação da análise da categoria Estado, buscar auxílio em um autor que não é citado no material de análise, mas que é o formulador do princípio da solidariedade estatal: Pierre Rosanvalon.

A teoria formulada por Rosanvallon (1988), discute que as questões sociais devem ser tratadas pelo viés da solidariedade, ou seja, um serviço prestado por um Estado que se solidariza com os direitos da sociedade civil e por isso, a ajuda. Sobre a perspectiva teórica do autor sobre o Estado solidário, cabe salientar que esta, está centrada na crença de que seja possível solucionar os problemas (as questões sociais) de uma sociedade sem alterar as suas estruturas de produção capitalista. Logo, para o autor, a “questão social” seria fruto das relações contraditórias existentes entre capital e trabalho (e que agora, seria considerada uma “nova questão social”), e que poderia ser solucionada por meio da transformação do Estado Providência (conhecido Welfare State ou Estado do Bem-estar Social) em um Estado de Serviços ativo, transformando assim, os deveres do Estado em ajudas individualizadas, ganhando até uma conotação de solidariedade por parte deste em relação às questões sociais dos indivíduos (ROSANVALLON, 1988).

Nota-se, que os problemas sociais que afetam determinada classe no interior do sistema capitalista (a classe dos trabalhadores) foram individualizados, para dar ênfase ao caráter individual dos problemas e para conter qualquer forma de manifestação e reivindicação de direitos sociais (manter a coesão social).

Rosanvallon, em sua teoria, valoriza as ações do “terceiro setor” para sanar as questões sociais da atual sociedade, na perspectiva de que o Estado transfere as responsabilidades estatais para a iniciativa privada do “terceiro setor” em nome de uma

assistência ao indivíduo firmada pelo princípio da solidariedade. Nota-se aqui, que o Estado é visto como um Sujeito, capaz de empreender ajuda ao indivíduo partindo do princípio da solidariedade.

A partir dessa análise sobre o Estado, presente nos cadernos dos/as educandos/as do programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, compreendemos que há uma contradição epistemológica entre a concepção de Estado Ampliado de Gramsci e sua interpretação pós-moderna, centrada no princípio da solidariedade, aqui analisada com o auxílio da teoria de Rosanvallon.

A categoria “Políticas Públicas”, presente nos cadernos dos/as educandos/as do programa ProJovem Campo – Saberes da Terra caracteriza-se pelo “resultado de um compromisso público entre o Estado e a sociedade, com o objetivo de modificar uma situação em uma área específica, promovendo a igualdade” (CADERNO 3, p. 90). Sobre essa afirmação, convém ressaltar que a igualdade sob o modo de produção e acumulação vigente, promovida por meio de políticas de Estado, em nossa análise, recai sobre os aparatos burocráticos que o próprio Estado capitalista se utiliza para filtrar as reivindicações da sociedade civil, logo, a busca pela igualdade de acesso a direitos, neste caso em específico, encontra limites na própria “ossatura material do Estado” (POULANTZAS, 2000).

No entanto, faz-se importante observarmos e valorizarmos a capacidade dos movimentos sociais de reivindicarem seus direitos, processo intensificado após os anos 1990, e que, ainda que parcialmente atendidos os direitos dos povos do campo, as políticas públicas para a Educação do Campo vai sendo construída nesse jogo de interesses e que, nas “fissuras” das contradições do próprio Estado, encontra condições de se efetivar. Em um dos cadernos do/as educandos/as do programa (CADERNO 3, 2010), encontramos uma definição de políticas públicas, que corrobora para a compreensão que partilhamos, de que a efetivação de políticas públicas para a Educação do Campo está inserida em um jogo de interesses e conflitos, o que acaba por sintetizar as contradições, não somente epistemológicas, mas também, metodológicas das políticas e programas para o campo, em específico, no programa ProJovem Campo – Saberes da Terra. As políticas públicas

são fruto de uma multiplicidade de forças sociais que, de forma variada, explicitam seus interesses, um arco que envolve projetos dos grupos no poder (caso em que podem se transformar em políticas de governo), compromissos e acordos internacionais subscritos por governos anteriores, consensos estabelecidos com base no debate educacional (que podem se transformar em políticas de Estado), passando pela capacidade de pressão de diferentes setores sociais organizados, portadores de expectativas

específicas, como também da percepção política e do grau de interferência da própria tecnoburocracia (OLIVEIRA apud CARVALHO, 2006, p. 7 apud PROJÓVEM CAMPO – SABERES DA TERRA, CADERNO 3, 2010, p. 90).

Portanto, observamos nestes dois últimos parágrafos, os limites e a capacidade dos movimentos sociais de imprimirem suas reivindicações na letra da lei das políticas públicas para a Educação do Campo e como consequência, podemos inferir que existe nas políticas públicas brasileiras, em específico aquelas que se destinam para a Educação do Campo, diferentes interesses envolvidos, síntese de embates epistemológicos, metodológicos, políticos e econômicos, entre classes e frações destas classes.

A categoria “Educação do Campo” é uma categoria discutida nos cadernos do programa pelo viés da especificidade, num embate epistemológico constante entre universalismo e relativismo. A análise desta categoria, presente no material pedagógico do programa, nos permite afirmar que o direito à educação passa a ser reivindicado a partir da compreensão de que a política pública para a Educação do Campo deva constituir-se a partir das especificidades do homem do campo, e que estas, devam sobrepor a universalidade da educação (CADERNO 3, 2010, p. 92, 1026-127). A concepção sobre as políticas públicas para a Educação do Campo presente no Caderno 3 (2010) afirma que

O direito, ou seja, a garantia de determinadas condições de existência e de uma nova sociabilidade, tecida a partir de práticas e valores considerados indispensáveis e necessários à humanização dos homens e mulheres do campo, é o principal foco da discussão sobre as bases que fundamentam uma política pública de educação (PROJÓVEM CAMPO – SABERES DA TERRA, CADERNO 3, p. 92).

Nota-se, que o foco da Educação do Campo está na especificidade e na diversidade dos processos educativos, deixando mais aquém as questões universais da educação brasileira. Sobre essa afirmação, verificamos que no projeto piloto deste programa, no Projeto Saberes da Terra, as reivindicações dos movimentos sociais do campo já estavam imbuídas pelo caráter específico da educação, explicitando que isso se constituía a partir de um processo histórico.

É imprescindível recordar que as experiências educativas que tem como pilar considerar as especificidades da vida camponesa surgem desde as lutas dos Movimentos Sociais do Campo, articuladas com as experiências de educação popular, na década de 80. O Programa Saberes da Terra da Cantuquiriguaçu se insere neste contexto sendo também fruto desse processo. Em 1998,

inicia-se no Brasil a divulgação e os encaminhamentos de uma grande articulação de organizações e movimentos sociais para estudo, debate e defesa do que viria a se evidenciar como a Educação do Campo. Uma das manifestações mais concretas para o Território da Cantuquiriguaçu e região foi a realização em Porto Barreiro (...) da II Conferência Paranaense “Por uma Educação Básica do Campo” (PROJETO SABERES DA TERRA, CADERNO 1, p. 32).

Neste sentido, a categoria do Conhecimento Escolar concentra-se na discussão do saber tácito do homem do campo, tendo como objetivo educacional curricular a ser alcançado: a sabedoria, que segundo os cadernos do programa é superior ao conhecimento, este, historicamente construído e acumulado. A sabedoria seria algo mais amplo do que o conhecimento porque “inclui os aspectos éticos, estéticos, políticos e técnicos” do local onde se aplica (CADERNO 1, 2010, p. 33). Neste programa, a concepção de conhecimento científico fica subordinada a concepção de sabedoria pós-moderna, pois, segundo o Caderno 1, do programa ProJovem Campo – Saberes da Terra (2010) o “conhecimento científico (epistemologia) está subordinado à construção da sabedoria ou do saber (gnosologia) nas suas cinco dimensões: a cognitiva, a técnica, a política, a ética e a estética inter-relacionadas” (PROJOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA, CADERNO 1, 2010, p. 34).

Durante as análises destas últimas duas categorias, Educação do Campo e Conhecimento Escolar, notamos que a condição pós-moderna de Lyotard (2009) está muito presente, uma vez que relativiza as grandes narrativas (metanarrativas como o iluminismo, o idealismo e o marxismo) de análise da realidade, por meio de interpretações superficiais dos conceitos, e, valoriza acentuadamente os saberes vinculados aos costumes dos homens e mulheres do campo.

Portanto, conforme análise das categorias “Estado”, “Políticas Públicas”, “Educação do Campo” e “Conhecimento Escolar”, podemos inferir que há no programa ProJovem Campo – Saberes da Terra aquilo que Oliveira (2008) sinalizou no projeto piloto deste programa. Oliveira (2008) avalia que o Projeto Saberes da Terra apresenta um viés idealista, existencialista e pós-moderno, por considerar a cultura como elemento central na formação do ser humano.

Observamos essa avaliação de Oliveira (2008) presente na proposta do atual Programa Nacional de Educação de Jovens Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores (as) familiares, na medida em que a ênfase está centrada nas mudanças culturais desses agricultores, sem alterar as estruturas do sistema agrário brasileiro: agronegócio X agricultura familiar.

Notamos que há elementos epistemológicos de continuidade e rupturas nas categorias analisadas nos cadernos dos/as educandos/as do programa Projovem Campo – Saberes da Terra e que este processo, de continuidades e rupturas, de alguns conceitos contidos no atual programa do Governo Federal é fruto do embate do que Poulantzas (2000) concebe por Estado, ou seja, é “uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado” (p. 130).

A partir desta definição de Poulantzas, pode-se observar que o Estado é representado por classes (burguesia X trabalhadores) e frações destas classes (empresários do agronegócio X camponeses/pequeno agricultor familiar/movimentos sociais) e que na luta pela garantia de atendimento aos seus interesses, de classes e frações de classe, o Estado historicamente tende a atender aos interesses do capital, pois segundo o mesmo autor, há no interior do Estado um “bloco no poder”, composto de “frações de classe” burguesas capazes de coagirem uma possível abertura do Estado à sociedade civil.

Logo, os interesses reais e em maior proporção atendidos pelo Estado capitalista são os do agronegócio e fica condicionado pelos “mecanismos de filtragem” deste Estado o atendimento mínimo dos interesses dos movimentos sociais que lutam pelo acesso a terra e a educação. Sobre esses “mecanismos de filtragem” dos quais o Estado se utiliza, Poulantzas (2000) explicita que os mesmos estão inseridos na estrutura material do Estado, ou seja, são compostos pelas estruturas burocrática, autoritária e hierárquica. Além dessas estruturas que permitem viabilizar os “mecanismos de filtragem”, há o “pessoal do Estado”, este considerado como uma categoria, que de acordo com a sua origem de classe ou fração de classe ocupa diferentes posições e funções dentro da burocracia estatal, podendo ou não, aprovar reivindicações que partam dos movimentos sociais. Para o pessoal do Estado, o poder formal é diferente do poder real.

Sendo assim, as políticas públicas destinadas à Educação do Campo passam pelo processo burocrático, autoritário e hierárquico do Estado capitalista, delimitando assim, a ação dos movimentos sociais de imprimirem suas reivindicações na letra da lei, pois conforme Poulantzas (2000) afirma, a política deste Estado é sempre “o estabelecimento da política do Estado em favor do bloco no poder” (p. 134) e que o “estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado (o Estado-relação)” (p. 134).

Compreendemos que as reivindicações sociais, a partir da análise de Poulantzas (2000), para a construção de políticas de Estado precisam vencer a estrutura estatal para

constituírem-se como políticas públicas e, infelizmente, afirmamos com certo pessimismo, que ao chegar ao fim dos “mecanismos de filtragem” do Estado, as reivindicações sociais já tomaram forma e conteúdo do poder hegemônico, pois, segundo Poulantzas (2000), a política do Estado é organizada obedecendo cinco itens organizacionais, a saber:

1. Um mecanismo de seletividade estrutural da informação dada por parte de um aparelho e de medidas tomadas, pelos outros;
2. Um trabalho contraditório de decisões, mas também de “não-decisões” por parte dos setores e segmentos de Estado;
3. Uma determinação presente na ossatura organizacional de tal ou qual aparelho ou setor do Estado segundo sua materialidade própria e tais ou quais interesses que eles representam, prioridades mas também contraprioridades;
4. Uma filtragem escalonada por cada ramo e aparelho, no processo de tomada de decisões, de medidas propostas pelos outros ou de execução efetiva, em suas diversas modalidades, de medidas tomadas pelos outros;
5. Um conjunto de medidas pontuais, conflituais e compensatórias em face dos problemas do momento (POULANTZAS, 2000, p. 136-137).

Sobre a análise destes itens organizacionais, compreende-se que as reivindicações dos movimentos sociais para a Educação do Campo passam por cada um destes, na medida em que vão perdendo seu caráter político, epistemológico e metodológico. Podemos inferir, então, que as políticas públicas para a Educação do Campo são o resultado de interesses antagônicos entre classes e frações de classe e que isso irá refletir nos programas que o Governo Federal implementar para o atendimento dos povos do campo. Logo, o programa ProJovem Campo – Saberes da Terra situa-se nesta contradição, neste jogo de interesses e, portanto, seus princípios teórico-metodológicos estão permeados por estas concepções em luta.

Faz-se importante observar os avanços que os movimentos sociais conquistaram em consonância com alguns setores da sociedade civil para a elaboração e implementação da construção de uma política pública de Educação do Campo em nosso país, no entanto, cabe salientar, que o Estado capitalista em sua raiz histórica encontra mecanismos para privilegiar o capital e atender aos interesses das classes que mantém o sistema em vigor.

No campo, a exemplo, os interesses do agronegócio serão sempre privilegiados em detrimento do pequeno agricultor, pois o lucro está na exportação e produção em larga escala e não na produção para o consumo do mercado interno de pequena escala. Logo, observamos na construção desse texto, a existência de contradições epistemológicas, que permearam desde a implementação do projeto piloto, o Saberes da Terra, em 2005, até a criação do programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, implementado em 2007.

Considerações Finais

A partir deste estudo compreendemos que a relação contraditória existente na implementação de políticas públicas para a Educação do Campo e que fica explícita na construção do programa do Governo Federal para o atendimento dos/as jovens agricultores/as, o ProJovem Campo – Saberes da Terra, é fruto do embate entre diferentes classes e algumas frações destas classes que possuem interesses antagônicos, entre si, no que tange a Educação do Campo e que esse fator de contradição fica explícito na letra da lei e no conteúdo desse programa.

Portanto, nas formulações teóricas de Poulantzas (2000), a presença intrínseca de classes e frações de classe no interior do Estado capitalista permite observar que as políticas públicas para a Educação do Campo, assim como o Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, estão contidas em um campo de conflitos e interesses e que a capacidade de ação dos movimentos sociais de imprimirem suas reivindicações nessas políticas e programas vai delimitar a capacidade de participação efetiva desses movimentos no encaminhamentos da história.

É necessário considerar que o Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra é fruto também, mas não só, das lutas sociais dos movimentos sociais do campo que lutam por melhorias, materiais e simbólicas, para a qualidade de suas vida. No entanto, o resultado da Medida Provisória nº 411/07 que sancionou o programa é um produto fragmentado, fruto do processo de “filtragem” que ocorre no interior do Estado burocrático. Logo, as concepções sobre os movimentos sociais contidas neste programa também sofreram um processo de “filtragem” quanto as suas concepções, princípios e ações frente a sociedade capitalista.

Concluimos que, a partir da análise das categorias “Estado”, “Políticas Públicas”, “Educação do Campo” e “Conhecimento Escolar”, contidas no programa, consideramos pertinente a pesquisa e o estudo sobre as contradições epistemológicas contidas no mesmo, uma vez que essas contradições sintetizam a materialização das propostas para a implementação de políticas públicas para a Educação do Campo no Brasil.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo** – Saberes da Terra. Brasília, 2010.

CONDETEC. **Conselho de desenvolvimento do território Cantuquiriguaçu**. Cantuquiriguaçu: integração e desenvolvimento. s/d.

COSTA, Joaquim G. da; OLIVEIRA, João C. de. Saberes da Terra: resultado e materialidade de uma concepção de educação. **Saberes da Terra**: sistematização das experiências. Paraná: Gráfica Xagu, Caderno I, 2008.

COSTA, Joaquim G. da. **O processo educativo no Projeto Saberes da Terra do Território Cantuquiriguaçu**: limites e possibilidades. Curitiba: UFPR, 2010. 233 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação na Linha de Pesquisa: Mudanças no Mundo do Trabalho e Educação, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

GUILHOTO, J. J.M.; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G. et al. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>>. Acesso em: 05 Set. 2011.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo, Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Marcos Antonio. **As bases filosóficas e epistemológicas de alguns projetos de Educação do campo**: do pretendido marxismo à aproximação ao Ecletismo pós-moderno. 2008. 481 p. Doutorado em educação - Universidade Federal do Paraná, Curitiba-Pr.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Sobre o Direito ao Desenvolvimento. **Assembléia Geral da ONU**. Nova York, 1986. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/spovos/lex170a.htm>>. Acesso em: 25 Ago. 2011.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PORTAL da cidadania do Governo Federal. **Territórios da Cidadania**. Disponível em: <
http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community?page_num=0>.

Acesso em: 26 Ago. 2011.

PORTAL do Ministério da Educação - MEC. **PROJOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA**. Disponível em: <

http://portal.mec.gov.br/index.php?id=12306&option=com_content&view=article>. Acesso em: 17
Fev. 2012.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social**: repensando o Estado Providência. Trad. de Sérgio Bath. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.